



DFS HOLDING S.A.
CNPJ nº 22.932.699/0001-60

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)											
Balanços patrimoniais											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	462	249	74.006	76.859	Arrendamentos	25	485	785	47.674	37.980
Aplicações financeiras	5	107.260	111.811	338.136	303.970	Fornecedores	15	617	105	492.674	424.494
Contas a receber	6	–	–	412.536	411.862	Obrigações trabalhistas	16	11.903	12.489	77.275	77.381
Estoque de mercadorias	7	–	–	467.716	416.555	Lucros e dividendos a pagar	19	2.294	1.792	2.294	1.792
Impostos a recuperar	8	7.023	4.570	73.794	76.853	Impostos a recolher	12	352	65	25.288	23.623
Dividendos a receber		1.557	1.042	–	–	Tributos parcelados		–	–	5.832	2.138
Outros créditos		82	74	17.891	16.719	Obrigações por compra de participações	17	–	–	118.555	91.459
Total do ativo circulante		116.384	117.746	1.384.079	1.302.819	Outras contas a pagar		206	56	31.459	37.053
Não circulante						Total do passivo circulante		15.857	15.291	801.051	695.920
Depósitos judiciais	18	–	–	92.153	87.084	Não circulante					
Tributos a recuperar	8	–	–	86	–	Arrendamentos	25	–	485	90.552	56.587
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 b	3.620	3.586	84.013	100.508	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	18	400	200	71.380	62.220
Outras contas a pagar com partes relacionadas	13	670	828	–	–	Tributos parcelados		–	–	1.237	1.755
Outros créditos		–	–	26.834	21.866	Obrigações por compra de participações	17	–	–	127.210	234.431
Investimentos	9	1.361.906	1.305.344	–	–	Total do passivo não circulante		400	685	290.379	354.993
Imobilizado	10	496	671	210.020	199.876	Patrimônio líquido	19				
Intangível	11	2.794	4.306	633.980	671.062	Capital social integralizado		1.276.137	1.276.137	1.276.137	1.276.137
Ativo de direito de uso	25	446	1.212	130.324	85.414	Transações entre sócios		(134.164)	(134.164)	(134.164)	(134.164)
Total do ativo não circulante		1.369.932	1.315.947	1.177.410	1.165.811	Reserva legal		18.061	15.419	18.061	15.419
Total do ativo		1.486.316	1.433.693	2.561.489	2.468.630	Reserva de lucros		310.025	260.325	310.025	260.325
						Atribuível aos acionistas controladores		–	–	1.470.059	1.418.002
						Participação de acionistas não controladores		–	–	–	(285)
						Total do patrimônio líquido		1.470.059	1.417.717	1.470.059	1.417.717
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.486.316	1.433.693	2.561.489	2.468.630
Demonstrações dos resultados abrangentes											
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		52.844	111.665	52.844	111.950						
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–						
Resultado abrangente total do exercício		52.844	111.665	52.844	111.950						
Participação dos acionistas controladores		–	–	52.844	111.665						
Participação dos acionistas não controladores		–	–	–	285						
				52.844	111.950						
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido											
		Capital social	Reserva legal	Transação entre sócios	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Controladores	Não controladores	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.276.137	9.835	(102.450)	155.400	–	1.338.922	3.222	1.342.144		
Transação entre sócios		–	–	(31.714)	–	–	(31.714)	(3.222)	(34.936)		
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	111.665	111.665	285	111.950		
Constituição de reserva legal		–	5.584	–	–	(5.584)	–	–	–		
Transferência para reserva		–	–	–	106.081	(106.081)	–	–	–		
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	(1.156)	–	(1.156)	–	(1.156)		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.276.137	15.419	(134.164)	260.325	–	1.417.717	285	1.418.002		
Transação entre sócios		–	–	–	–	–	–	(285)	(285)		
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	52.844	52.844	–	52.844		
Constituição de reserva legal		–	2.642	–	–	(2.642)	–	–	–		
Transferência para reserva		–	–	–	50.202	(50.202)	–	–	–		
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	(502)	–	(502)	–	(502)		
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.276.137	18.061	(134.164)	310.025	–	1.470.059	–	1.470.059		
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas											
1. Contexto operacional: A DFS Holding S.A. (“DFS” ou “Companhia”), companhia fechada de direito privado, foi constituída em 25 de maio de 2015 e possui sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem como objetivo social a participação em outras sociedades do ramo alimentício, como sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior.						ção ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo nas operações da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para discussões legais e determinação do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos e imposto de renda e contribuição social diferidos, entre outras. O resultado real das transações e informações, quando da efetiva realização, pode divergir das estimativas.					
2. Base de preparação das demonstrações financeiras: 2.1 Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2026. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. 2.2 Bases de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 2.3 Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. 2.4 Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. <i>Incertezas sobre estimativas e premissas:</i> Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: • Nota explicativa nº 18 - Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como o apoio dos advogados externos na avaliação. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. • Nota explicativa nº 11 - Análise da recuperabilidade de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. • Nota explicativa nº 6 - Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato: Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência - as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato estão divulgadas na nota explicativa 6. • Nota explicativa nº 24 - Tributos diferidos: Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Julgamentos: • Nota explicativa nº 25 -Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (arrendatário): A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renova-											

continua ➔

1. Contexto operacional: A DFS Holding S.A. ("DFS" ou "Companhia"), companhia fechada de direito privado, foi constituída em 25 de maio de 2015 e possui sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem como objetivo social a participação em outras sociedades do ramo alimentício, como sócia ou acionista, no Brasil ou no exterior.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: 2.1 Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas na Companhia que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2026. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Bases de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre estimativas e premissas: Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

- Nota explicativa nº 18 - Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como o apoio dos advogados externos na avaliação. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- Nota explicativa nº 11 - Análise da recuperabilidade de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
- Nota explicativa nº 6 - Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato: Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência - as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

A experiência histórica de perda de crédito e a previsão das condições econôm

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DFS HOLDING S.A.

partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre Companhia e saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do mesmo grupo são eliminadas. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("impairment") do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas e as suas demonstrações financeiras individuais são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados com as práticas adotadas pela Companhia. **b. Transações e participações não controladoras:** Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido. Quando para de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada a seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. **3.2 Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuíam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **3.3 Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e sua controlada podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. • As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, quando relevantes, e são, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e

sua controlada tenham um direito incondicional de deferir a liquidação do passivo por pelo menos, 12 meses após a data do balanço custos dos empréstimos são diretamente atribuíveis à aquisição de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4 Demonstração do valor adicionado (DVA):** Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas empresas e sua

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios
	Definida entre 7 a 25 anos	Definida - entre 5 e 20 anos
Vida útil	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso

3.7 Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por

	Softwares	Intangíveis
	Definida - 5 anos	Definida - entre 10 e 11 anos
Vida útil	Linear ao longo do período	Linear ao longo do período
Método de amortização utilizado	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso

3.8 Redução ao valor recuperável ("impairment"): (i) *Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e • Ativos de contrato. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e sua controlada, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. A Companhia e sua controlada consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e sua controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **3.9 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação determinada para liquidar a obrigação presente, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação, de acordo com os assessores jurídicos, internos e externos. **3.10 Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo quando há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.11 Reconhecimento de receita:** O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. **Venda de mercadorias:** As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. **Prestação de serviços:** A receita de serviços de transporte é reconhecida com base na movimentação de mercadorias pela frota da Companhia, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados. **Receita de juros:** Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício. **3.12 Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatário:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir

distribuição durante determinado exercício. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS também não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras individuais e consolidadas, e foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"). **3.5 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, entre os dois, o menor. Custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são agregados ao custo de aquisição, sendo valorizados ao custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **3.6 Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. As vidas úteis estimadas são apresentadas a seguir:

	Equipamentos de telecomunicação	Equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Veículos
	Definida - entre 5 e 17 anos	Definida entre 5 e 17 anos	Definida - entre 10 e 33 anos	Definida - entre 5 e 15 anos
Vida útil	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso

meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganho ou perda resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

	Softwares	Intangíveis	Não competição	Carteira de Clientes	Goodwill
	Definida - 5 anos	Definida - entre 10 e 11 anos	Definida - 5 anos	Definida - entre 10 e 11 anos	Indefinida
Vida útil	Linear ao longo do período	Linear ao longo do período	Linear ao longo do período	Linear ao longo do período	Indefinida
Método de amortização utilizado	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Não amortizado

estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.13 Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes são com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque incluem e exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens que não são tributáveis ou dedutíveis. O passivo referente aos impostos correntes da Companhia é apurado com base nas alíquotas em vigor no fim do exercício, ou seja, 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, a controlada LOGW Serviços de Transportes Ltda. opta pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido da controlada é calculada à razão de 8% sobre as receitas de serviços de transporte, 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Dessa forma, a Empresa não está inserida no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. O imposto diferido é proveniente de diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis, e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, quando elas reverterem, tendo como base as leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas nas datas dos balanços. Os impostos ativos diferidos consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados nas datas dos balanços, e são sujeitos à provisão para perda à medida que sua realização não seja mais provável. **3.14 Subvenção e assistência governamentais:** A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz econômica dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstos na legislação fiscal. **3.15 Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025:** As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alterações, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui a IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** **Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham algum impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS9 e IFRS7); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (IFRS9 e IFRS7).

Aplicações de liquidez imediata	—	—	69.834	29.064
	<u>462</u>	<u>250</u>	<u>74.006</u>	<u>76.859</u>

Aplicações de liquidez imediata são representadas por aplicações financeiras de liquidez

Aplicações de liquidez imediata são representadas por aplicações financeiras de liquidez imediata (Certificados de Depósito Bancário - CDBs), registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remunerados a taxas 99% ao ano (99% em 2024) com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DFS HOLDING S.A.

a um insignificante risco de mudança de valor, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixos, portanto, a Companhia e suas controladas possuem o direito de resgate imediato.

5. Aplicações financeiras:

Aplicações de liquidez imediata

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 107.260 na controladora e R\$ 338.136 no consolidado, são representadas por aplicações financeiras de liquidez imediata (Certificados de Depósito Bancário - CDBs), registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remunerados a taxas 99% ao ano com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os saldos não possuem expectativa de uso de curtíssimo prazo.

6. Contas a receber:

Clientes - mercado interno
(-) Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

A composição do saldo por faixa de vencimento está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer				
Vencidos:				
0 a 30 dias			33.106	33.359
31 a 60 dias			3.744	4.318
61 a 90 dias			2.835	3.264
Há mais de 90 dias			7.848	8.602
			421.789	419.047

A movimentação da estimativa para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber no exercício está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	(7.184)	(7.888)
Adições	(34.265)	(29.896)
Reversões	32.196	30.600
Saldo no final do exercício	(9.253)	(7.184)
Além dos efeitos da movimentação da estimativa para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, a Companhia baixou integralmente no resultado do exercício, os títulos vencidos acima de 180 dias, sendo R\$ 26.798 em 2025 (R\$ 28.719 em 2024) e a recuperação de títulos considerados incobráveis no montante de R\$ 5.990 em 2025 (R\$ 7.258 em 2024). O saldo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente a duplicatas vencidas há mais de 90 dias e/ou com alto risco de não recebimento. A Companhia monitora constantemente o saldo de recebíveis, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada e quando na menor expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, constitui-se a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.		

7. Estoque de mercadorias: A composição dos estoques está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Estoque de mercadorias para revenda	448.839	392.166
Provisão para realização de estoques	(6.018)	(3.897)
Outros	24.895	28.286
	467.716	416.555

Os estoques são constituídos por diversos produtos alimentícios para revenda. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não há concentração em um produto principal e o giro do estoque é compatível para a expectativa de venda futura. A movimentação da provisão para realização de estoques no exercício está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	(3.897)	(1.117)
Constituição de provisão	(11.695)	(8.617)
Reversão de provisão	9.574	5.837
Saldo no final do exercício	(6.018)	(3.897)

8. Impostos a recuperar: Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a recuperar	-	-	15.016	16.005
IRPJ (i)	4.725	130	21.800	17.256
Contribuição social	-	11	5.961	6.153
PIS/COFINS a recuperar (ii)	-	-	23.335	29.782
Imposto de renda retido s/aplicações financeiras	2.298	4.429	6.854	6.286
Outros	-	-	914	1.371
	7.023	4.570	73.880	76.853

(i) Em 2025 a DFS Holding realizou a compensação dos saldos de IRPJ a recuperar, referente ao imposto de renda retido sobre as aplicações financeiras ocorridas em 2024, resultando em um resgate de R\$ 4.430 em 2025. (ii) Em 2024 a Companhia obteve o trânsito em julgado de uma ação pertinente a não tributação do PIS e da COFINS em sua filial de Manaus/AM, resultando em um ganho de R\$ 17.600 exclusivo à sua operação na Zona Franca de Manaus. (ZFM)

9. Investimentos: A composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2025 é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Investimento	1.360.617	1.306.898		
Lucro não realizado em controlada	(10.072)	(12.921)		
Mais-valia de ativos adquiridos	-	-	8	
Ágio	11.361	11.359		
	1.361.906	1.305.344		

A movimentação do saldo de investimento é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	1.305.344	1.017.005		
Equivalência patrimonial	54.234	103.305		
Amortização de mais-valia	(8)	(49)		
Aporte de capital	-	186.125		
Lucro não realizado	2.850	-		
Dividendos distribuídos por controlada	(514)	(1.042)		
Saldo em final	1.361.906	1.305.344		

Informações relevantes sobre as controladas diretas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Quantidade total de ações	33.825.458	100%	840.892	1.306.370
Capital social	100,00%	840.892	1.205.898	1.306.886
Patrimônio líquido	82.330	8	311.755	12.640
Investimento	10	380.466	1.340	7.625
Receita líquida	5	321.627	7.625	54.233
Lucro líquido das controladas	-	-	-	-
Participação sobre o resultado	1	-	1	-
Amortização mais-valia	-	-	-	-
Resultado equivalente	1	-	1	-
	11.361	11.359		
	1.361.906	1.305.344		

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Quantidade total de ações	33.825.458	100,00%	840.892	1.205.898
Capital social	100,00%	840.892	1.205.898	1.306.886
Patrimônio líquido	82.330	8	311.755	12.640
Investimento	10	380.466	1.340	7.625
Receita líquida	5	321.627	7.625	54.233
Lucro líquido das controladas	-	-	-	-
Participação sobre o resultado	1	-	1	-
Amortização mais-valia	-	-	-	-
Resultado equivalente	1	-	1	-
	11.361	11.359		
	1.361.906	1.305.344		

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Quantidade total de ações	33.825.458	100,00%	840.892	1.205.898
Capital social	100,00%	840.892	1.205.898	1.306.886
Patrimônio líquido	82.330	8	311.755	12.640
Investimento	10	380.466	1.340	7.625
Receita líquida	5	321.627	7.625	54.233
Lucro líquido das controladas	-	-	-	-
Participação sobre o resultado	1	-	1	-
Amortização mais-valia	-	-	-	-
Resultado equivalente	1	-	1	-
	11.361	11.359		
	1.361.906	1.305.344		

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Quantidade total de ações	33.825.458	100,00%	840.892	1.205.898
Capital social	100,00%	840.892	1.205.898	1.306.886
Patrimônio líquido	82.330	8	311.755	12.640
Investimento	10	380.466	1.340	7.625
Receita líquida	5	321.627	7.625	54.233
Lucro líquido das controladas	-	-	-	-
Participação sobre o resultado	1	-	1	-
Amortização mais-valia	-	-	-	-
Resultado equivalente	1	-	1	-
	11.361	11.359		
	1.361.906	1.305.344		

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Quantidade total de ações	33.825.458	100,00%	840.892	1.205.898
Capital social	100,00%	840.892	1.205.898	1.306.886
Patrimônio líquido	82.330	8	311.755	12.640
Investimento	10	380.466	1.340	7.625
Receita líquida	5	321.627	7.625	54.233
Lucro líquido das controladas	-	-	-	-
Participação sobre o resultado	1	-	1	-
Amortização mais-valia	-	-	-	-
Resultado equivalente	1	-	1	-
	11.361	11.359		
	1.361.906	1.305.344		

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Quantidade total de ações	33.825.458	100,00%	840.892	1.205.898
Capital social	100,00%	840.892	1.205.898	1.306.886
Patrimônio líquido	82.330	8	311.755	12.640
Investimento	10	380.466	1.340	7.625
Receita líquida	5	321.627	7.625	54.233
Lucro líquido das controladas	-	-	-	-
Participação sobre o resultado	1	-	1	-
Amortização mais-valia	-	-	-	-
Resultado equivalente	1	-	1	-
	11.361	11.359		
	1.361.906	1.305.344		

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Quantidade total de ações	33.825.458	100,00%	840.892	1.205.898
Capital social	100,00%	840.892	1.205.898	1.306.886
Patrimônio líquido	82.330	8	311.755	12.640
Investimento	10	380.466	1.340	7.625
Receita líquida	5	321.627	7.625	54.233
Lucro líquido das controladas	-	-	-	-
Participação sobre o resultado	1	-	1	-
Amortização mais-valia	-	-	-	-
Resultado equivalente	1	-	1	-
	11.361	11.359		
	1.361.906	1.305.344		

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Quantidade total de ações	33.825.458	100,00%	840.892	1.205.898
Capital social	100,00%	840.892	1.205.898	1.306.886
Patrimônio líquido	82.330	8	311.755	12.640
Investimento	10	380.466	1.340	7.625
Receita líquida	5	321.627	7.625	54.233
Lucro líquido das controladas	-	-	-	-
Participação sobre o resultado	1	-	1	-
Amortização mais-valia	-	-	-	-
Resultado equivalente	1	-	1	-
	11.361	11.359		
	1.361.906	1.305.344		

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Quantidade total de ações	33.825.458	100,00%	840.892	1.205.898
Capital social	100,00%	840.892	1.205.898	1.306.886
Patrimônio líquido	82.330	8	311.755	12.640
Investimento	10	380.466	1.340	7.625
Receita líquida	5	321.627	7.625	54.233
Lucro líquido das controladas	-	-	-	-
Participação sobre o resultado	1	-	1	-
Amortização mais-valia	-	-	-	-
Resultado equivalente	1	-	1	-
	11.361	11.359		
	1.361.906	1.305.344		

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Quantidade total de ações	33.825.458	100,00%	840.892	1.205.898
Capital social	100,00%	840.892	1.205.898	1.306.886
Patrimônio líquido	82.330	8	311.755	12.640
Investimento	10	380.466	1.340	7.625
Receita líquida	5	321.627	7.625	54.233
Lucro líquido das controladas	-	-	-	-
Participação sobre o resultado	1	-	1	-
Amortização mais-valia	-	-	-	-
Resultado equivalente	1	-	1	-
	11.361	11.359		
	1.361.906	1.305.344		

Equipamentos de telecomunicação
Móveis e utensílios
Máquinas e equipamentos
Equipamentos de informática
Benfeitorias em imóveis de terceiros
Total

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	6	11	(3)	-
Adições	67	-	(17)	50
Depreciação	3	-	(1)	2
Transferências	63	65	(22)	106
	683	-	(182)	501
	822	76	(225)	672

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	21.854	-	-	20.792
Adições	70.053	23.961	-	110.272
Mais-valia imobilizados	8.044	4.496	-	898
Depreciação	24.069	6.901	-	24.033
Transferências	9.545	2.126	-	10.025
	43.608	27.868	-	7.012
	21.533	1.814	-	25.635
	1.169	-	-	893
	199.875	67.166	-	210.020

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	23.372	-	-	21.855
Adições	63.962	14.853	(1.061)	70.053
Mais-valia imobilizados	9.189	847	-	8.044
Depreciação	24.073	3.866	(264)	24.069
Transferências	7.462	4.285	-	9.545
	28.405	48.572	-	43.608
	17.797	1.915	-	21.533
	1.319	101	-	1.169
	175.580	74.439	(1.325)	199.876

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	23.372	-	-	21.855
Adições	63.962	14.853	(1.061)	70.053
Mais-valia imobilizados	9.189	847	-	8.044
Depreciação	24.073	3.866	(264)	24.069
Transferências	7.462	4.285	-	9.545
	28.405	48.572	-	43.608
	17.797	1.915	-	21.533
	1.319	101	-	1.169
	175.580	74.439	(1.325)	199.876

(1) As transferências ocorrem entre imobilizado e intangível devido a contabilização

continuação

12. Impostos a recolher:

Os tributos a recolher representam obrigações decorrentes das atividades operacionais da Companhia oriundos principalmente da distribuição de alimentos.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ISS a pagar	–	–	232	316
IR e CS a pagar	278	5	6.085	2.483
PIS e COFINS a pagar	47	60	2.429	3.476
ICMS a pagar	1	–	15.449	16.244
Outros impostos a pagar	26	–	1.093	1.104
	352	65	25.288	23.623

13. Partes relacionadas:

Os saldos entre partes relacionadas são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo:				
Ativo não circulante:				
Outras contas a receber com parte relacionadas:				
OESA S/A	–	–	670	828
	–	–	670	828
Resultado:				
Resultado operacional:				
Efeito no resultado (a)	7.537	6.889	7.537	6.889

(a) Refere-se a serviços de administração financeira prestados pela DFS Holding S.A.

14. Remuneração da administração:

Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva, totalizou R\$ 9.406 (R\$ 14.709 em 2024) na Companhia e R\$ 18.299 (R\$ 24.921 em 2024) no Consolidado, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Benefícios de curto prazo a empregados:				
Salários e honorários	3.467	5.657	9.312	11.791
Bônus	4.386	7.558	6.257	9.408
Encargos sociais	1.554	1.495	2.730	3.723
Saldo final	9.407	14.710	18.299	24.922

15. Fornecedores:

O saldo é composto por fornecedores de produtos para revenda, serviços necessários à revenda de mercadorias e outros fornecedores (material de uso e consumo), conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores mercado interno	617	105	424.750	379.539
Fornecedores mercado externo	–	–	67.924	44.955
Total	617	105	492.674	424.494

A companhia não possui operações de risco sacado.

16. Obrigações sociais e trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e ordenados a pagar	310	374	15.233	14.298
Provisão de bônus e gratificações	10.261	10.476	13.142	14.761
Férias e encargos	750	924	34.365	32.599
INSS a recolher	188	242	7.336	6.837
IRRF a recolher	353	422	4.541	4.548
FGTS a recolher	41	51	2.552	2.487
Outros	–	–	106	1.851
Total	11.903	12.489	77.275	77.381

17. Obrigações por compra de participações (consolidado):

O saldo é composto por parcelas ainda a serem pagas referente a compras de Empresas e Companhias ao qual a DFS possui participação direta ou indireta, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Baia Norte Produtos para Restaurantes Ltda.	1.593	1.393
Imperial Importação e Exportação Ltda.	18.385	17.599
WFS Holding	13.537	29.521
Frigonepi Comercial e Representação Ltda.	458	3.497
DB Distribuidora de Alimentos Ltda.	1.666	1.595
Cerealista Nova Safra Ltda.	16.373	31.199
Flecha Foods Ltda.	6.442	9.791
Johann e Noia Alimentos Ltda.	59.061	70.627
Fröhlich S/A	19.023	29.092
SF Distribuidora de Alimentos	5.375	5.557
Porto Import. Distribuidora de Alimentos	5.989	7.866
Três Passos	5.903	8.515
Quatro Mares Dist. de Alimentos	7.412	9.479
Três Rios Dist. de Alimentos	22.236	28.436
Huber Alimentos	34.628	33.506
Outros valores a pagar a antigos sócios	27.684	38.217
Total	245.765	325.890
Circulante	118.555	91.459
Não Circulante	127.210	234.431
	245.765	325.890

A movimentação dos saldos a pagar por aquisição de empresas está demonstrado a seguir: Resumo das movimentações de 2024:

	Paga-mento	Pagamento Principal	Juros incor-ridos
	31/12/2024	Principal	Juros
Baia Norte Produtos para Restaurantes Ltda.	1.393	–	–
Imperial Importação e Exportação Ltda.	17.599	–	–
WFS Holding	29.521	(15.084)	(2.232)
Frigonepi Comercial e Representação Ltda.	3.497	(1.973)	(1.105)
DB Distribuidora de Alimentos Ltda.	1.595	–	–
Cerealista Nova Safra Ltda.	31.199	(12.468)	(3.063)
Flecha Foods Ltda.	9.791	(2.387)	(1.599)
Johann e Noia Alimentos Ltda.	70.627	(11.798)	(6.531)
Fröhlich S/A	29.092	(9.375)	(1.507)
SF Distribuidora de Alimentos	5.557	(440)	(26)
Porto Import. Distribuidora de Alimentos	7.866	(1.726)	(511)
Três Passos	8.515	(2600)	(365)
Quatro Mares Dist. de Alimentos	9.479	(2.250)	(221)
Três Rios Dist. de Alimentos	28.436	(6.750)	(663)
Huber Alimentos	33.506	(2.720)	(448)
Outros valores a pagar a antigos sócios	38.217	(10.533)	–
Total	325.890	(80.104)	(18.271)

	Considerações transferido (incluído para consideração contingente)		Caixa transferido para vendedor		Juros Incorridos
	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024
Total	424.359	34.470	(106.656)	(46.873)	20.589

Caixa adquirido na combinação de negócios

Aquisição do investimento, líquido

A Companhia pagou de juros em 2025 o valor de R\$ 18.272 (R\$ 14.382 em 2024). O saldo remanescente de cada aquisição é atualizado mensalmente conforme indexador previsto no contrato de cada aquisição.

18. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis:

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a avaliação da administração com o apoio dos assessores jurídicos, da natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade dos processos e o posicionamento dos tribunais, sempre que for provável o desembolso de caixa e o valor possa ser estimado com confiabilidade. A Administração da Companhia e de suas controladas entendem que a provisão constituída de R\$ 71.380 no consolidado (R\$ 62.220 em 31 de dezembro de 2024) é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

	Consolidado	
	2025	2024
Natureza Processual		
Cível	5.609	5.596
Tributário	53.952	47.449
Trabalhista	11.819	9.175
Total	71.380	62.220

Os processos tributários demonstrados se referem substancialmente a processos de polo ativo. A Companhia possui liminar para realizar os pagamentos através de depósitos judiciais até que seja julgada a ação de forma definitiva. A movimentação da provisão de riscos tributários, trabalhistas e cíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	62.220	50.810
Baixa/Reversão de processos cível	(368)	(241)
Início de ação jurídica de origem cível	381	480
Baixa/Reversão de processos trabalhistas	(4.263)	(1.967)
Início de ação jurídica de origem trabalhista	6.906	4.034
Baixa/Reversão de processos tributárias	(143)	(3.374)
Início de ação jurídica de origem tributária	662	893
Ação tributária depositada judicialmente	5.985	11.585
Saldo final	71.380	62.220

Os processos com probabilidade de perda classificados como possíveis pelos assessores jurídicos correspondem a R\$ 48.006 (R\$ 28.360 em 31 de dezembro de 2024) segregados nas seguintes esferas jurídicas.

Natureza Processual

Cível

Tributário

Trabalhista

Total

Em 2025 a Companhia apresenta R\$ 63.571 em depósitos judiciais relacionados as discussões de ICMS GATT, sendo R\$ 13.696 não sujeitos a provisão contingencial pois já foram transitados e julgados e estão aguardando a recuperação dos recursos ou são matérias que não atendem os requisitos mínimos de provisão previstos nas práticas contábeis aplicáveis.

19. Patrimônio líquido: Capital social:

Em 31 de dezembro de 2025 o capital integraliza- do da Companhia é de R\$ 1.276.137 (R\$ 1.276.137 em 31 de dezembro de 2024), com a composição acionária a seguir:

	2025		2024	
	Ações ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
DFS Holding South América S.A.	567.447	44.47	567.447	44.47
Reach Brazil Holding S.A.	567.447	44.47	567.447	44.47
AVO Capital Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	141.243	11.07	141.243	11.07
	1.276.137	100,00	1.276.137	100,00

Reserva legal:

Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital.

Transações entre sócios:

Em 01 de março de 2024, através da controlada Imperial Importação e Exportação Ltda. foi realizado a aquisição da totalidade de ações pertencentes aos acionistas minoritários do investimento WFS Holding S.A. Foram adquiridas 108.634 ações, equivalentes a 30%, pelo montante de R\$ 35.169. A aquisição de ações foi efetuada com base no valor das ações nas datas originais de aquisição das participações nas controladas pela Companhia, conforme laudos de avaliação econômica emitidos por avaliadores independentes. O excesso de preço na aquisição de ações calculado pela diferença entre o valor pago e o saldo do investimento recebido, no montante de R\$ 31.714, foi classificado como transações entre sócios no patrimônio líquido, uma vez que decorre de transações entre empresas sob controle comum. Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 14 de novembro de 2017, foi aprovada a troca das ações ordinárias detidas pelos acionistas não controladores nas controladas Oesa e Congebras por 170.893.330 ações ordinárias da Companhia, no montante de R\$ 170.893, correspondentes a 41,28% de participação. A troca de ações foi efetuada com base no valor das ações nas datas originais de aquisição das participações nas controladas pela Companhia, conforme laudos de avaliação econômica emitidos por avaliadores independentes. O excesso de preço na troca de ações calculado pela diferença entre o valor do aumento de capital e o saldo do investimento recebido, no montante de R\$ 102.450, foi classificado como transações entre sócios no patrimônio líquido, uma vez que decorre de transações entre empresas sob controle comum.

Dividendos:

Aos acionistas é assegurada a distribuição de 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da legislação societária. O total de dividendos a distribuir em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 502 (R\$ 1.156 em 31 de dezembro de 2024).

20. Receita líquida:

	Consolidado	
	2025	2024
Receita de vendas e serviços	5.908.204	5.798.597
(-) Dedução da receita bruta		
Impostos	(676.786)	(654.329)
Devolução de vendas e serviços	(129.381)	(137.884)
Receita líquida	5.102.037	5.006.384

A receita operacional da Companhia é gerada integralmente no mercado brasileiro e a Companhia não tem nenhum cliente que individualmente seja significativo, ou seja, cliente que represente 10% ou mais da receita operacional do exercício.

21. Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercadorias de revenda	–	–	(3.926.626)	(3.882.098)
Depreciação	2.611	(225)	(30.274)	(29.022)
Amortização	(1.539)	(1.522)	(10.152)	(9.721)
Amortização de direito de uso	(694)	(670)	(53.399)	(43.000)
Amortização mais valia de ativos	(8)	(49)	(43.827)	(45.728)
Serviços de terceiros	(3.169)	(1.963)	(128.758)	(120.318)
Salários e encargos sociais	(19.178)	(15.390)	(461.112)	(402.371)
Comissões	–	–	(130.987)	(147.629)
Provisão para perdas esperadas com clientes	–	–	(24.636)	(20.757)
Fretes e agregados	–	–	(194.118)	(182.799)
Serviços de armazenagem	–	–	(9.889)	(6.924)
Energia elétrica	–	(19)	(14.182)	(16.583)
Reembolso sinistro	–	–	2.690	–
Outras despesas	(208)	(154)	(5.552)	(13.518)
Total	(22.185)	(19.992)	(5.030.822)	(4.922.467)

Classificados nas seguintes rubricas na demonstração do resultado:

Controladora

Consolidado

2025

2024

2025

2024

Custo das mercadorias vendidas

Despesas com vendas

(Provisão) reversão ao valor recuperável de clientes

Despesas gerais e administrativas

Total

22. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Descarga de mercadorias	–	–	1.797	2.818
Recuperação de despesas	7.537	6.889	–	1.019
Alienação de imobilizado	(9)	–	(65)	5.222
Recuperações tributárias	–	–	2.062	29
Superveniência (i)	–	–	(959)	4.034
Remensuração de obrigações por compra de participações (nota explicativa 17)	–	–	–	46.867
Outros	(152)	(270)	(234)	4.610
Total	7.376	6.619	(2.601)	64.599

(i) As superveniências são valores que se referem a temas de empresas adquiridas pelas duas controladas que, por força de contrato, foram repassados aos vendedores.

23. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	14.421	19.931	42.023	30.215
Juros ativos	499	1.212	44.777	44.359
Descontos obtidos	3	–	349	–
Variação cambial ativa	–	–	694	4.088
(-) PIS e COFINS s/receita financeira	(694)	(983)	(7.397)	(7.081)
	14.229	20.159	80.446	71.581
Despesas financeiras:				
Juros sobre passivos financeiros	(5)	(30)	(24.396)	(25.523)
Juros sobre direito de uso de imóveis	(60)	(111)	(13.433)	(10.273)
Descontos de negociações	–	–	(26.456)	(25.073)
Variação cambial passiva	–	–	(3.785)	(4.593)
Outras despesas financeiras	(7)	(1)	(536)	(4.590)
	(72)	(142)	(68.606)	(70.052)
	14.157	20.018	11.840	1.530

Resultado financeiro

24. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: a. Correntes:

O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	53.582	109.951	85.656	152.123
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL	(18.218)	(37.383)	(29.123)	(51.722)
Diferenças permanentes:				
Bônus administrativo	(2.078)	(2.569)	(3.393)	(3.197)
Equivalência patrimonial	19.409	35.124	816	(706)
Brindes	–	–	(21)	(26)
Créditos não constituídos	369	6.819	(1.631)	(3.568)
Baixa de earn-out	–	–	–	17.301
Atualização selic	–	–	–	732
Realização de mais valia	–	–	(128)	–
Baixa de créditos por incorporação	–	–	–	629
Despesas indedutíveis	–	–	888	373
Parcelas não reconhecidas de prejuízo fiscal e diferenças temporárias	(220)	(277)	(220)	(277)

IRPJ e CSLL creditados (debitados) ao resultado do exercício

Correntes

Diferidos

b. Diferidos:

Ativo:

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

Provisão de comissões

Provisão de fretes

Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Provisão para realização de estoques

Base negativa de IRPJ/CSLL

Arrendamentos

Mais-valia aquisição de participações societárias

Ágio na aquisição de empresas

Provisão para pagamento de bônus

Provisão de contas a pagar

Outras provisões

Total

Alíquota aplicável estimada

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Reconciliação da variação dos impostos diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	3.586	–	100.508	122.170
Saldos advindos de combinação de negócios	–	–	–	(5.105)
Registro de tributos diferidos ao resultado	34	3.586	(16.495)	(16.557)
Saldo no final do exercício	3.620	3.586	84.013	100.508

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram a perspectiva de lucratividade futura, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a seis anos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente bases negativas de IRPJ/CSLL, contingências fiscais, provisões para bônus e comissões e provisões para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de realização. A Companhia, apresenta prejuízos fiscais a compensar nas demonstrações financeiras consolidadas. Esses prejuízos se referem às investidas Oesa, HOK e Comercial/W. Os valores registrados estão sendo compensados com valores devidos de impostos federais. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A expectativa de compensação do prejuízo fiscal da Companhia é de 9 anos. A Companhia possui prejuízos fiscais não reconhecidos no montante de R\$ 63.419 (R\$ 63.118 em 2024). O valor pertence a controladora, e não está sujeita a testes de recuperabilidade pois não é provável a geração de lucro tributável futuro para sua utilização.

25. Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS 16:

A Companhia possui contratos de arrendamento de imóveis, máquinas, veículos e outros equipamentos utilizados em suas operações. Os prazos de arrendamento dos imóveis geralmente variam entre 2 e 30 anos, enquanto veículos e outros equipamentos geralmente têm prazos de arrendamento entre 3 e 5 anos. As obrigações da Companhia nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Geralmente, a Companhia está impedido de ceder e sublocar os ativos arrendados e alguns contratos exigem que a Companhia mantenha certos índices financeiros. Existem vários contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e de rescisão, conforme discutido abaixo. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado de acordo com o prazo de cada contrato. A Companhia também possui alguns arrendamentos de máquinas com prazos iguais ou menores que 12 meses e arrendamentos de equipamentos de escritório de baixo valor. Para esses casos, a Companhia aplica as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamento de ativos de baixo valor. A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o período:

	Controladora		Total	
	Imóveis	Imóveis	Total	Total
Em 31 de dezembro de 2023	1.770	1.770	1.770	1.770
Adições	179	179	179	179
Despesas de amortização	(737)	(737)	(737)	(737)
Em 31 de dezembro de 2024	1.212	1.212	1.212	1.212
Adições	–	–	–	–
Despesas de amortização	(766)	(766)	(766)	(766)
Em 31 de dezembro de 2025	446	446	446	446

Consolidado

Imóveis

Equipamentos

Veículos

Total

Em 31 de dezembro de 2023

Adições

Despesas de amortização

Em 31 de dezembro de 2024

Adições

Despesas de amortização

Em 31 de dezembro de 2025

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento (incluídos em empréstimos e financiamentos) e as movimentações durante o período:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.270	1.795	94.566	91.770
Adições	–	179	94.187	60.693
Pagamento de principal	(785)	(704)	(50.527)	(61.392)
Juros incorridos	(60)	(111)	(13.433)	(10.558)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	485	1.111	138.226	94.567
Circulante	485	785	47.674	37.980
Não circulante	–	485	90.552	56.587
	485	1.270	138.226	94.567

Os saldos têm vencimento conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2026	–	–	485	47.674
2027	–	–	–	4.736
2028	–	–	–	14.983
2029	–	–	–	25.710
2030 a 2042	–	–	–	45.123
	–	–	485	138.2

